



City Research Online

City St George's, University of London

Citation: Leao, L., Silva, C. G. C. & Serrano, S. A. (2010). The Delivery of a Child for Adoption: A Case Study. *Pensando Familias*, 14(2), pp. 61-77.

This is the published version of the paper.

This version of the publication may differ from the final published version. To cite this item please consult the publisher's version.

Permanent repository link: <https://city-ref-test.eprints-hosting.org/id/eprint/12496/>

Copyright and Reuse: Copyright and Moral Rights remain with the author(s) and/or copyright holders. Copies of full items can be used for personal research or study, educational, or not-for-profit purposes without prior permission or charge, unless otherwise indicated, provided that the authors, title and full bibliographic details are credited, a hyperlink and/or URL is given for the original metadata page and the content is not changed in any way. For full details of reuse please refer to [City Research Online policy](#).

PENSANDO
FAMÍLIAS

Publicação Científica

DOMUS - Centro de Terapia de Casal e Família

Volume 14

Número 2

Dezembro 2010

Ansiedades infantis

Parentalidade

Adoção

Genetograma

Coabitação

Amor e sexualidade

Qualidade de vida

Empresa familiar

A Entrega de Filhos em Adoção: Um Estudo de Caso

Lívia Caetano da Silva Leão¹
Caroline Gonçalves Carneiro da Silva²
Solange Aparecida Serrano³

Resumo

Este artigo apresenta um estudo cujo objetivo foi conhecer os sentidos que uma mãe que entregou duas filhas em adoção atribuiu a suas vivências e vínculos. Realizou-se um estudo de caso a partir de entrevista realizada com a participante, utilizando-se um roteiro baseado na História de Vida Temática. A análise dos dados foi feita sob o referencial metodológico da Análise do Discurso. Como principais resultados têm-se o relacionamento conflituoso da entrevistada com a figura materna; a inserção desta mulher em uma rede social de apoio frágil durante toda sua vida; as entregas sempre presentes na memória da participante; o segredo da entrega e os preconceitos existentes socialmente. Conclui-se que são necessários mais estudos sobre esta temática e o quanto são relevantes as políticas públicas no trabalho com as famílias para o fortalecimento dos vínculos.

Palavras-chave: entrega de um filho em adoção; maternidade; rede social de apoio.

The Delivery of a Child for Adoption: A Case Study

Abstract

This article presents a study which aimed to identify the meanings that a mother who gave two children for adoption attributed to her experiences and ties. This case study was based on an individual interview oriented by the

¹ Psicóloga, Mestranda do Programa de Pós Graduação em Psicologia do Desenvolvimento pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

² Psicóloga, Residente do Programa de Residência Integrada Multiprofissional em Saúde da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM).

³ Psicóloga, Doutora em Psicologia; Especialista em Psicologia Jurídica; Especialista em Desenvolvimento Infantil; Especialista em Violência Doméstica contra a Criança e o Adolescente; Docente Universitária e Psicóloga do Tribunal de Justiça de SP- Fórum de Ribeirão Preto. Universidade de Ribeirão Preto, Ribeirão Preto, SP.

Thematic Life History. The interview was recorded, transcribed and submitted to discourse analysis. Among the main results are: 1) the conflictive relationship between the woman interviewed and her mother; 2) the inclusion of the interviewed in a fragile social network of support throughout her life; 3) the continuous present memory of adoption; 4) the secret about giving the children for adoption, and the resulting social prejudices. The authors conclude that additional studies are needed on this issue and that public policies are relevant in working with families to strengthen their bonds.

Keywords: adoption; motherhood; social support network.

Introdução

A adoção tem sido um tema de estudo bastante abordado nos últimos anos, especialmente considerando o ponto de vista de quem adota e da criança que é adotada. Entretanto, pouco se conhece a respeito da mãe que abdica de seu direito de cuidar do filho e o entrega para que outra mãe e/ou família o faça. Esta é a preocupação deste estudo: trazer o foco para um lado das histórias que perpassam a adoção que não é o olhar e o qual permanece escondido e socialmente desconhecido.

A partir de estudos prévios sobre relação mãe-bebê e construção da maternidade foi possível pensar sobre os estereótipos sociais em relação à maternidade. Sabe-se que a vinculação da mãe com seu bebê é complexa, ambígua e construída ao longo da relação entre esta diade (Badinter, 1985; Motta, 2001). Isso levou a questionamentos relacionados às vicissitudes e às particularidades da formação deste vínculo, especialmente nos casos de entrega de filhos em adoção ou ao cuidado de terceiros, pressupondo que se tratam de situações mais intrincadas e pouco estudadas.

Ao longo da História, o papel social da mulher foi sofrendo modificações de acordo com os diversos contextos culturais, sociais e econômicos pelos quais a sociedade passou. Destacam-se as influências da Igreja Católica (Bacca, 2005), períodos históricos como a sociedade europeia e burguesa do século XVIII, contextualizada por Rousseau em sua obra *Émile* (Badinter, 1985), até o papel que tiveram a revolução sexual e a emancipação feminina. Estas últimas vêm acarretando mudanças em diversos âmbitos, como no "casamento, no amor e na sexualidade ao longo da modernidade, resultando em transformações radicais na vida e intimidade das pessoas" (Silva, Santos, Teixeira, Lustosa, Couto, Vicente & Pagotto, 2005, p. 74).

Assim, esses diferentes períodos históricos definiram o papel da mulher de forma que inicialmente, cabia a ela a submissão total ao marido e a função de procriar. Posteriormente, tem-se o período em que às mães de

leite eram atribuídas as funções de cuidados e educação dos filhos de outras mulheres. A crença predominante, ainda hoje, é a de que o amor materno é instintivo e inato, competindo às mães os cuidados e o amor incondicional a seus filhos (Badinter, 1985; Costa, 2006; Azevedo & Arrais, 2006). Deste modo, a mulher que não tem filhos ou não os quer é recriminada moralmente até os dias atuais.

Socialmente a realização maior da feminilidade é ser mãe (Motta, 2001). Porém, é importante perceber a diferença entre a mulher como geradora de um ser e aquela que se torna mãe, de forma que neste último prevalecem, sobre os aspectos biológicos, os sócio-histórico-culturais (Arrais, 2005). Além disso, é importante considerar que o processo de tornar-se mãe não se refere apenas ao período gestacional, mas também à formação da subjetividade da mulher que gesta um filho (Ferrari, Piccinini & Lopes, 2006).

Considerando a configuração do mito do amor materno, não é permitido pensar nas ambivalências e sentimentos contraditórios que se apresentam na maternidade, uma vez que estes geram nas mães culpa por vivenciá-los. De fato, a entrada na maternidade reaviva as experiências desta mãe como filha (Szejer & Stewart, 1997), juntamente com suas construções históricas e culturais (Parker, 1997) e seus desejos experimentados na infância (Debray, 1988). Contudo, não se pode permanecer com a ideia de que as experiências passadas determinarão por si só as vivências adultas. As lembranças que a mãe tem de suas experiências passadas podem influenciar mais sua vida atual do que o fato ocorrido verdadeiramente (Lewis, 1999).

Uma vez que o contexto sociocultural também exerce influências sobre a vivência da maternidade, destacam-se as redes sociais de apoio, nas quais a mulher está inserida. Considera-se como integrantes destas redes não apenas os membros do sistema familiar, como também todas as pessoas que se relacionam entre si nos diversos contextos sociais existentes (Dessen & Braz, 2000). Ainda, a rede social de apoio assume grande relevância na reflexão da dinâmica e dos aspectos reguladores das relações familiares (Dessen, 1997). Em relação à maternidade, sabe-se que a presença de apoio social influencia o cuidado parental, de acordo com o contexto cultural no qual as mães encontram-se inseridas (Martins, Macarini, Vieira, Sachetti, Seidl-de-Moura & Bussab, 2009), de forma que a responsividade materna tende a ser incrementada quando há este tipo de apoio, o que favorece o bebê e as relações dele com sua mãe, além da relação conjugal (Rapoport & Piccinini, 2006).

Retomando a ideia exposta anteriormente, uma vez que o processo de tornar-se mãe ativa sentimentos contraditórios nas mulheres, é possível questionar em que medida o mesmo ocorre com as mães que entregam seus

filhos em adoção. Sabe-se que vários são os fatores que influenciam a entrega, como a condição socioeconômica desfavorável, a ausência da figura paterna, as perdas sofridas por estas mães, além das questões subjetivas de cada uma e a falta de suporte social (Costa, 2006). Há poucos estudos a respeito desta temática, sendo que raramente aborda-se a mãe ou a família biológica como central no estudo. Internacionalmente, há estudos com pessoas que foram adotadas e que vão em busca de sua história anterior à adoção, incluindo a busca pela família biológica (Simpson, Timm & McCubbin, 1981; Sobol & Cardiff, 1983); pesquisas sobre percepções da sociedade a respeito das mães que entregam o filho em adoção (March & Miall, 2006) e estudos que consideram o "triângulo da adoção", composto pela criança adotada, família biológica e família adotante, quando o filho adotado reencontra a família de origem (Depp, 1982). Ainda, há pesquisas sobre o estigma social imposto pela adoção (March, 1995; Miall, 1987); reação dos pais adotivos diante da possibilidade de retomada da história do filho adotado (Geissinger, 1984) e análises sobre a vinculação em casos de adoção tardia (Ward, 1981). Há apenas um estudo mais específico (March, 1997) que aborda as mães que realizaram a entrega, com uma análise que observa a relação entre estas e suas filhas biológicas entregues em adoção. Estes artigos são apenas ilustrativos das temáticas intrínsecas à adoção, e problematizam outros atores envolvidos na adoção, que não as mães que entregam filhos.

No Brasil, destaca-se o estudo de Mariano & Rossetti-Ferreira (2008), que caracteriza as crianças, as famílias adotantes e biológicas entre os anos de 1991 e 2000, as quais se encontravam em processos de adoção, além do estudo de Motta (2001), que traz, através de um estudo de caso único, a realidade e as vivências de uma mãe que entregou o filho em adoção. Assim, observa-se a escassez de estudos brasileiros com estas mães, primeiro porque o acesso a elas é difícil e segundo porque o tema é delicado.

Vê-se que diante deste panorama apresentado brevemente, pouco se conhece sobre estas mães que optam pela entrega do filho. Como explica a Associação dos Magistrados Brasileiros (2008), este assunto é complexo, controverso e atravessado por preconceitos e tabus, o qual reacende nas pessoas a angústia do desamparo humano. Assim, a existência destas mulheres que entregam seus filhos é negada e tornada obscura, de maneira que elas são colocadas em uma "área de invisibilidade social" (p. 3).

Entretanto, é fundamental que isso possa ser modificado. Cabe lembrar que a Lei 12010/2009 – que vem sendo chamada de Nova Lei da Adoção (Brasil, 2009) – estabelece que cabe ao poder público proporcionar assistência psicológica à gestante e à mãe, no período pré e pós-natal, inclusive como forma de prevenir ou minorar as consequências do estado puerperal. E

ainda que tal assistência referida deverá ser também prestada a gestantes ou mães que manifestem interesse em entregar seus filhos para adoção.

Assim sendo, este trabalho visou conhecer a percepção de uma mulher que entregou seu filho em adoção quanto aos seus vínculos estabelecidos e vivenciados com pessoas de grande significação em sua vida. Pretendeu-se analisar os sentidos de suas vivências nas relações com seus filhos e com a condição de ser mãe, assim como nas relações com outras pessoas significativas de sua rede.

Metodologia

A participante deste estudo, Adriana (nome fictício), tinha 58 anos na época da entrevista, era solteira, estudou até a 7ª Série/ 8º ano do Ensino Fundamental, e teve oito filhos, dos quais dois foram entregues em adoção: a primeira e a última filhas. Contextualizando a situação socioeconômica de Adriana, ela era catadora de lixo e residia em um cômodo localizado em um terreno baldio alugado pelo dono do mesmo, no qual não havia saneamento básico nem luz elétrica e poucos recursos materiais. Durante sua vida, ela teve três companheiros, com os quais teve seus filhos, porém nunca se casou. Desde a sua infância morou em diversos lugares, devido à necessidade de ter que trabalhar.

A figura paterna esteve sempre ausente e a materna, apesar de presente na vida da entrevistada, viveu poucos anos com Adriana e suas duas irmãs, uma vez que cada uma residia em seus respectivos empregos. A participante relatou diversos episódios de violência doméstica ocorridos durante sua infância e adolescência. Quando tinha 13 anos de idade e trabalhava como doméstica, teve sua primeira filha, cujo pai era irmão de sua patroa. Este bebê foi entregue pela mãe de Adriana aos cuidados de uma pessoa conhecida, que acabou adotando a criança através de uma adoção pronta⁴.

Aos 19 anos teve seu segundo filho com outro companheiro, com o qual mais tarde teve mais três filhos. Os três filhos mais novos nasceram da relação de Adriana com o último companheiro. Dentre estes, a filha caçula foi entregue por Adriana a uma família, a qual também a adotou através do processo de adoção pronta.

Inicialmente, o projeto de pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética da Universidade de Ribeirão Preto, seguindo-se as normas éticas propostas

⁴ Adoções prontas ou diretas, segundo Mariano & Rossetti-Ferreira (2008), são aquelas em que os pais biológicos realizam a entrega de seu filho a um casal ou pessoa de qualquer estado civil. Essa pessoa que recebeu a criança, já estando com ela, procura a Vara da Infância e Juventude para regularizar a adoção feita.

pela resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde sobre Pesquisas com Seres Humanos. Após sua autorização, a pesquisa teve prosseguimento, com a busca pela participante. Esta busca ocorreu através de contatos com diversos profissionais (assistentes sociais, psicólogos e professores) e instituições que atendem a comunidade. Dentre estas, destaca-se maternidades, Conselho Tutelar, abrigos, Bases Comunitárias, Programa Saúde da Família (PSF), unidades do CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) e Organizações Não-Governamentais (ONGs) de apoio à família, de profissionais do sexo, de apoio às mulheres que sofrem violência doméstica, dentre outros tantos. A procura pela participante exigiu persistência das pesquisadoras, pois houve dificuldades no acesso a estas mulheres que entregaram seus filhos em adoção ou para cuidados de outros. Durante essa procura foi possível entrar em contato com aspectos culturais e da rede social na qual estas mulheres estavam inseridas, os quais serão mais bem discutidos na seção de resultados.

Foi apresentado inicialmente para a participante um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, o qual continha explicações sobre a pesquisa e assegurava à mesma o anonimato de sua identidade. Após o aceite em participar da pesquisa, realizou-se a coleta de dados. Esta consistiu em uma entrevista na própria residência da participante, seguindo o modelo História de Vida Temática (Oliveira, 2006), o qual combina o relato da história de vida da entrevistada com uma entrevista semiestruturada, abordando aspectos relacionados aos objetivos da pesquisa. Este modelo de entrevista inicia com a proposta de que a participante conte sua história de vida da forma como preferir. Após este primeiro momento, passa-se às questões mais específicas, divididas por categorias que abordam a percepção da participante em relação à sua infância, adolescência e vida adulta. Dentro de cada um destes tópicos, buscou-se explorar aspectos específicos sobre relacionamento intrafamiliar, rede social de apoio, percepção sobre seus pais em cada momento da vida, maternidade, e questões específicas sobre a entrega do filho.

Optou-se, nessa pesquisa, por realizar um estudo de caso com uma mulher que entregou dois de seus filhos em adoção/cuidados de terceiros, sendo o método qualitativo escolhido para análise dos dados, mais especificamente, a Análise do Discurso proposta por Spink (2000). Esta consiste em delinear a produção de sentidos que são construídos por cada indivíduo e emergem em seu discurso. Vale ressaltar que estes sentidos também são estabelecidos na interação do indivíduo com o pesquisador, produzindo novos significados.

Para a análise dos dados, foi realizada uma transcrição na íntegra da

entrevista, com leitura e releitura exaustivas, a fim de buscar os sentidos presentes no discurso da entrevistada, de acordo com a escolha metodológica mencionada acima. Seguindo-se esta proposta, a partir dos sentidos emergidos foram criadas categorias de análise, nas quais foram inseridos os trechos mais significativos da entrevista.

Resultados e discussão

Nesta seção, será dada ênfase em dois aspectos que emergiram no discurso da entrevistada, e que as autoras consideraram mais expressivos: 1) as entregas e suas particularidades, bem como o contexto no qual as mesmas estavam inseridas e 2) a concepção da entrevistada em relação à sua figura materna e os sentidos atribuídos e vivenciados em relação à mesma.

As experiências de entrega e sentimentos associados

Um dos aspectos que merece destaque é a questão temporal das entregas. Apesar de a primeira filha ter sido entregue há 45 anos, Adriana relatou uma recordação muito vívida do ocorrido e da imagem idealizada da menina – tendo inclusive identificado características de uma das pesquisadoras como iguais às idealizadas por ela.

(...) Eu lembro dela assim, pequeninha né. Ela era bem morena dos olhos grandes. Morena assim da sua cor [apontando para pesquisadora]. Eu acho que o cabelo dela era... vai ser, ia ser comprido... (chora).

Outro sentido observado foi a entrevistada se referir à filha como uma extensão de si mesma, de forma que ao entregá-la sentiu como se tivesse perdido parte de si. Eis um excerto ilustrativo desta ideia:

E isso aí fica assim guardado (...) até hoje. (...) É, concordo que você perde um pedaço seu. (...) Um pedaço seu... Daquele dia em diante acho que eu mudei mesmo... (...).

A dor sentida ao perder um filho representa a dor de aspectos do próprio ego, como se a mãe tivesse perdido partes suas junto com o filho (Freitas, 2000). Através desta constatação, questionou-se o quanto a entrega de um filho se configura em um luto pelo rompimento definitivo deste vínculo. Apesar da ruptura judicial entre a família biológica e o filho, os vínculos podem não ser rompidos totalmente (Costa, 2006). Assim, quando a decisão de entrega se mostra necessária ou desejada, é de fundamental importância

fornecer um espaço de escuta para o luto vivido pela mãe (AMB, 2008).

As entregas ocorreram de diferentes formas, porém ocasionaram em Adriana a mesma consequência: o distanciamento definitivo entre mãe e filhas. É importante notar que a primeira entrega foi concretizada pela mãe da entrevistada, e o afastamento se deu por parte da família adotante. Já na segunda, Adriana decidiu entregar a filha para adoção logo que esta nasceu, tendo optado por se afastar da família adotante, uma vez ter afirmado que não suportaria conviver com a filha inserida na família adotiva. A seguir, um trecho da fala da entrevistada sobre as entregas das duas filhas:

Arrependi.... Não. Se você já fez... não tem jeito de voltar atrás né... (...) Depois que tinha entregue... Depois vai sofrer eu, ela, a mãe, a outra mãe... Já fez mesmo... Que foi pro bem da neném, da criança... (...) Só a out... a primeira que eu sofri muito mesmo, que é... que foi tirada, não foi... (...) É. E nem pensava que ia fazer né [a entrega].

Há outros aspectos muito particulares que merecem destaque, como a confusão feita por Adriana em relação à ordem de nascimento de todos os filhos e a ideia de que ser mãe implicava ter cuidado dos filhos que permaneceram com ela. Para se referir a estes, ela se utilizou do pronome "minha", indicando um sentido de posse sobre os filhos, como se os criados por ela lhe pertencessem. Já as filhas entregues, Adriana as chamou de "meninha", "menina", "uma outra", "essa aí", todas expressões que denotaram afastamento e impessoalidade em relação às mesmas.

Ela teve paralisia infantil, a *menininha*... (...) A *menina* ficou muito tempo lá (...) que aí eu tive essa *menina* (...) [referindo-se à primeira filha entregue].

Aí tem *uma outra* que aí... (...) Que aí teve a Larissa [nome fictício de uma filha que permaneceu com Adriana], que é essa menina do palato. E depois que eu tive essa *aí* (...) [referência à segunda filha entregue].

Mesmo com esta diferenciação feita por Adriana em relação a seus filhos, ela trouxe um sentido muito particular sobre as questões do processo de tornar-se mãe: cada filho tinha para ela um significado único, que lhe proporcionou vivências e decisões diferentes. Mesmo as filhas entregues permaneceram em sua memória com significados especiais, fato externalizado pela emoção de Adriana durante a entrevista. Notou-se que as gestações caracterizaram-se em momentos nos quais ela pôde se sentir efetivamente mãe, exercendo seu lado protetor.

Eu sentia muito bem. Parece que eu tava muito bem, protegendo aquela criança. Pra mim era... muito bom [estar grávida].

Um dos questionamentos deste estudo referiu-se aos motivos que levam uma mãe a entregar um filho em adoção. É necessário considerar o dinamismo psíquico próprio de cada mulher, aspecto cuidadosamente observado no discurso da participante. Para Adriana, ser mãe envolvia a função de procriar vinculada à sua condição de existir, de forma que este era o único papel a ser assumido por ela. Assim, no momento em que ela para de ter filhos, acredita que já não há mais nada a ser feito.

(...) Aí foi a época depois que eu vim embora pra cá. E aí foi indo... Cabô. Aí não tive mais filho, não teve mais nada pra fazer.

Quanto às entregas realizadas pela participante, é possível considerar diversos fatores tendo influenciado essa decisão. As justificativas dela se basearam em aspectos concretos como falta de recursos financeiros, ausência dos pais das filhas entregues e ausência de uma rede social estável à qual pudesse recorrer. Este resultado corrobora os achados de alguns estudos (Costa, 2006; Mariano & Rossetti-Ferreira, 2008; Motta, 2001). Estes elementos obviamente não são menos importantes que o processo subjetivo existente e diversas vezes não considerado, concernente à entrega de um filho em adoção; também não devem ser tomados isoladamente. No estudo de Campos (2001), a autora observou como motivo principal para entrega de crianças em adoção a falta de condições socioeconômicas, indicando que há outros tantos mesclados à pobreza, como falta de rede social de apoio, rejeição do parceiro, falta de condições psicoafetivas para cuidar da criança, ausência de suporte familiar e gravidez não planejada. No trecho a seguir fica claro o processo vivenciado pela participante quando da decisão da entrega:

Eu acho que desde quando cé... já põe na cabeça, já fica vazio pro cé. Fica... Cé não pode pensar "Aquele ali vou ter que cuidar, vou ter que fazer isso". Se ficar pensando, pensando mesmo, aí cé num entrega. (...) Que até na hora que entregou... eu fiquei o dia e a noite lá chorando, chorando... por causa da menina. (silêncio) Aí a mulher falava "Vai lá então e pega de volta". Vai pegar de volta como, se eu não tenho nem pra onde levar a menina?

No tocante às questões da rede social de apoio, é importante contextualizar a rede na qual a entrevistada esteve inserida durante sua vida. No geral, observa-se que ocorreram repetições ao longo do tempo, no sentido de que ela sempre fez parte de redes frágeis nas quais os laços com as pessoas ao seu redor não lhe proporcionavam nenhum tipo de proteção e apoio.

É. Porque eu mesmo sustentava, é sempre só eu mesmo. Nunca...

tive essa ajuda não. Nem ajuda em dinheiro, nem moral, nem nada. (risos) Sempre é eu mesmo. (...) Se quiser comer ou beber tem que... me vira eu mesmo. Eu, na minha cabecinha, eu que tinha que dá alguma coisa em troca. Pra mim comer, pra mim não passar fome. Às vezes passava fome, dormia lá na praça memo.

Guará (s/d) considera que as redes sociais são formadas por várias pessoas, como familiares, amigos, conhecidos, com os quais interagimos constantemente de forma a compor a nossa identidade ao longo da vida, além de obter proteção pessoal, sobrevivência sócio-emocional e apoio de recursos materiais. Ainda, Bem e Wagner (2006) apontam que

Partir do pressuposto de que o nível socioeconômico e o contexto estão implicados diretamente na construção da parentalidade é su-
perar a distorção de que as diferenças encontradas são devido a déficits ou desvios. O importante é que possamos pensar nas idiossincrasias do meio em que vivem as famílias de camadas populares, pois elas refletem e são refletidas nos padrões de interação que se estabelecem nessa população (p. 8).

Outro aspecto relevante deste estudo tratou das entregas terem permanecido em segredo com a entrevistada. Ela somente revelou-o para as pesquisadoras e para a pessoa que mediou o contato entre elas, tendo contado que durante todo o tempo corrido – 45 anos da primeira entrega e aproximadamente 18 anos da segunda – manteve consigo estas histórias para que não sofresse julgamentos da comunidade sobre suas decisões. Esta lembrança vivida, para que não agravasse seu sofrimento e a culpabilizasse, deveria ser mantida em segredo, já que este ponto de sua história poderia afastar ainda mais as pessoas que conviviam com ela. Isto remete às questões sócio-históricas sobre a construção e enraizamento do mito do amor materno e o quanto este se encontra arraigado no imaginário e nas atitudes das pessoas. Vamos ao encontro do pressuposto de que "(...) por nada se suportar saber delas [das mães que entregaram seus filhos], constrói-se uma pretensa 'verdade' universal sobre elas, geralmente depreciativa e condenatória" (AMB, 2008, p. 5).

A sociedade e as instituições (como hospital e Poder Judiciário) defendem a permanência da criança com a mãe como parte do ideal de família que se encontra no imaginário social, sem considerar as necessidades e dificuldades da mãe que não deseja criar seu filho. Além disso, não há preocupação em oferecer nenhuma espécie de apoio a esta mãe (Motta, 2001).

No Brasil, o sistema de adoção é regido por leis, mas se apresenta composto por diversas práticas e facetas. Isto ocorre devido às práticas culturais arraigadas, que são contraditórias em relação à lei. Assim, sugere-se que o sistema esteja implicado na mediação entre os participantes da adoção, assim como na resolução da dicotomia lei-afeto (Ghesti-Galvão, 2008). Eis dois fragmentos em que a participante expõe o fato de ter se mantido em silêncio sobre as entregas e as implicações sociais em revelar suas decisões:

Eu não esqueço. Nunca deve... Eu falo. Agora que eu falo. Nunca falei, nem ninguém sabia. (...) Nunca falei nada. Só... na hora que a Lúcia [pessoa que mediou o contato das pesquisadoras com a entrevistada] perguntou... se conhecia alguém [para participar desta pesquisa]... Lá na hora que me deu "Ah eu". Falei. Mas nunca tinha falado com ninguém. Como que diz, guardo só pra mim. (se emociona)

Porque ultimamente que eu... fico muito... Não fala que é por... bem ou por mal, não quer saber porque. É só falar "Por que que fez isso, que mãe". Não sei. Nem quer saber o porquê daquilo. (...) E acaba julgando... Então é melhor cê nem falar. Então, eu falei lá [na igreja que ela frequenta]... Tem uma irmã, uma loirinha lá. Na oração ela já falou pelo o que eu fiz, pra pensar... Ai já... já sei que ela não gostou muito. (...) Melhor cê nem falar.

Há uma discussão necessária aqui. Entregar um filho em adoção pode ser considerado como um ato responsável dos pais, que abrem mão do poder familiar por não se sentir disponíveis em assumir a criança. Dessa forma, entregar é diferente de abandonar. O abandono implica em colocar a criança em risco físico e psicológico, tendo consequências também para a mãe que abandona. A entrega requer que se reconheça estar indisponível para exercer a maternidade/paternidade, de forma que há preocupação em inserir essa criança sob proteção e cuidados de outra pessoa/família (Campos, 2001).

Figura materna e as repercussões nas vivências de maternidade de Adriana

Por fim, discutir-se-á um elemento que merece destaque no discurso da entrevistada: a presença constante da figura materna, especialmente o resgate de episódios significativos com retomada de falas da mãe a partir da perspectiva de Adriana. Tal fato tornou o relato da participante vivido e reforçou a ideia de atemporalidade dos fatos, aspecto observado também quando a participante falou sobre as entregas. Nos momentos em que se referiu à

mãe, Adriana mencionou haver entre elas um relacionamento intenso e complexo, que se estendeu por toda a vida da entrevistada e caracterizou-se pela constante interferência em suas decisões, além de episódios de violência. Estes elementos do relacionamento com a figura materna foram permeados por sentimentos como raiva, medo e submissão à autoridade da mesma. Adriana descreveu as vivências de sua mãe como muito parecidas com as suas próprias, a saber, ausência do companheiro na criação dos filhos, situação socioeconômica desfavorável, representações de autoridade de pai e mãe muito fortes.

Ainda, encontrou-se no discurso da entrevistada uma repetição exacerbada da fala de sua mãe e a importância atribuída às opiniões e críticas emitidas por ela. Grande parte dessa voz materna caracterizou-se como de desaprovação e imposição de caminhos e escolhas para Adriana. Dessa maneira, a voz da mãe representava, para a filha, uma voz de repressão e de manipulação da mesma, e ocorria diante do consentimento de Adriana. Nas falas selecionadas, é possível observar a ambivalência existente no relacionamento da entrevistada com sua mãe, além da postura de Adriana diante do rigor e da distância da mãe em relação a ela:

Ah, minha mãe era bem severa sabe. Ela... olhó nóis... ixii... até hoje... Ela olha, cabô. Ixi... Mas... mas eu gostava muito.

(...) Eu acho que eu fazia tudo é pra não ficar muito perto. Eu tinha muito, era... não sei se era trauma, medo dela, porque ela era muito severa. Então... Até hoje, ficar perto... Não consegue ficar perto uma da outra.

Ai se a minha mãe falava "Faz isso (...), casamento", "Não, eu não vou casar, vou ficar sozinha". Até hoje... "A senhora não quis assim?" Ela ficava assim... sempre bem rigorosa mesmo. Não tem de... quer fazer só eu, sozinha.

A participante relatou o sentimento de que a figura materna não lhe proporcionou os cuidados físicos e afetivos dos quais ela necessitava. Isto reforçou a ideia de fragilidade da rede social de apoio de Adriana, assunto discutido anteriormente. Esta figura apareceu em momentos específicos e marcantes da história da participante, como a infância, a entrega da primeira filha, o não acolhimento durante as gestações seguintes e em relação aos companheiros de Adriana. É mister destacar que o trabalho baseou-se nos sentidos trazidos pela entrevistada, os quais se traduziram pela culpabilização destinada à sua mãe pelas "faltas" que existiram em sua vida.

A discussão em torno da culpabilização da família pelo afastamento das crianças de seu seio deve ser relativizada pela observação da marca da exclusão que permaneceu nos seus membros. Dessa forma, a família como

um todo necessita de proteção em âmbitos como o econômico, social e jurídico, e não apenas a criança ou o adolescente. Para que estas ações ocorram, sugere-se a superação de estereótipos sobre a família como incompetente, incapaz ou desestruturada, de forma que esta possa ser ressignificada através de novas condutas em relação a ela (Carvalho & Guará, 1994).

Concordamos com a afirmação de Braz, Dessen e Silva (2005), as quais salientam a importância de se considerar os membros da família como interdependentes e influenciando a si e ao desenvolvimento infantil. Estes membros devem ser olhados de acordo com os papéis diversos que exercem, a saber, de pai, mãe, marido, esposa, além dos subsistemas aos quais pertencem.

Considerações finais

Este estudo abordou, a partir de um estudo de caso, as vicissitudes que existem na entrega de filhos em adoção. Dentre estas, destacou-se as dificuldades vivenciadas pela mãe durante sua vida, com ênfase no processo de entrega das filhas, além de fatores como a rede social de apoio na qual ela estava incluída e as relações que a participante estabeleceu, especialmente com a figura materna. A partir do caso estudado observou-se que o discurso da entrevistada revelou diversas facetas assumidas por ela ao longo de sua vida, como de mulher, mãe, filha, avó, companheira, tendo um destaque maior suas vivências como filha e como mãe. Complementando esta ideia, apesar de Adriana ter trazido um sentido de desamparo em relação à sua mãe e à rede social frágil na qual esteve e se manteve inserida, é possível perceber as tentativas que ela faz para superar, como mãe, o modelo vivenciado como filha. Isto se refletiu tanto no cuidado com os filhos que permaneceram com ela, quanto na decisão de entregar as filhas em adoção. As entregas podem ser vistas sob este ângulo, quando trazem consigo a ideia de cuidado e preocupação com as filhas em relação à impossibilidade de cuidar das mesmas. Trata-se, portanto, de uma atitude de amor e cuidado, quando escolhe para quem entregar.

Dessa forma, considera-se que cada ser é único, vivencia e constrói à sua maneira a sua história, seus sentidos atribuídos, suas relações com o próximo e com o mundo. Portanto, criar estereótipos e generalizações sobre os motivos pelos quais filhos são entregues em adoção não parece caber neste tipo de trabalho, o qual exige um olhar mais singular sobre quem entrega. Este estudo de caso possibilitou uma imersão inicial na compreensão dos diversos âmbitos que regem este tema, demandando novos estudos que

possam atentar melhor não somente às mães que entregam, mas a todo o contexto familiar e sociocultural do qual elas fazem parte. Além disso, é importante que novos estudos observem a dinâmica que rege todos os envolvidos nas questões de entrega de filhos/adoção pronta, a saber, a família biológica, a família adotante, o Judiciário e a própria criança.

A reflexão sobre esta temática deve envolver o olhar cuidadoso a respeito da importância das políticas públicas e da atuação da sociedade de um modo geral no que se refere ao trabalho efetivo com essas famílias, e a desconstrução de julgamentos e preconceitos que ainda permeiam o imaginário social sobre a mãe que entrega. É importante perceber que aos órgãos competentes e responsáveis pela atenção a estes casos também são conferidos valores negativos pelos próprios usuários de seus serviços, de forma que aqueles são vistos como não acolhedores e repressores deste tipo de demanda. Isso levanta a reflexão sobre os meios pelos quais as mães realizam a entrega, de forma que o Judiciário não é o caminho inicial mais comumente procurado. A maioria dos processos de adoção ocorre por outros meios, como a entrega de bebês pelas mães e/ou mediadas por outras instituições (Mariano & Rossetti-Ferreira, 2008; Rocha, Rocha & Ribeiro, 2009). Com a Nova Lei da Adoção (Brasil, 2009) as mães que expressam o desejo de entregar o filho devem ser encaminhadas ao Judiciário: "Parágrafo único. As gestantes ou mães que manifestem interesse em entregar seus filhos para adoção serão obrigatoriamente encaminhadas à Justiça da Infância e da Juventude. (NR)".

Finalizando, ressalta-se a relevância em trabalhar com as famílias que estão gerando um bebê, desde o período gestacional, para fortalecimento dos vínculos entre os seus membros e entre mãe e bebê, além da consolidação e inclusão participativa dessa família em suas próprias questões (Motta, 2001; Arrais, 2005). O trabalho realizado com as mães que fazem a entrega deve envolver amplamente a rede social na qual a família está inserida, juntamente com as equipes de profissionais que lidam com estas pessoas no cotidiano. São profissionais do Judiciário, da área da saúde, pessoas ligadas ao trabalho com políticas públicas etc. que podem estar em contato com toda a gama de sentimentos, desejos e peculiaridades de cada caso. Dessa forma, através do trabalho integrado entre as diversas instituições, será possível cuidar da mãe que opta por entregar o filho e da própria criança entregue, garantindo a possibilidade de desenvolvimento integral de ambas.

Referências

- Associação dos Magistrados Brasileiros - AMB. (2008). Campanha da AMB em favor da adoção consciente. *Cartilha para profissionais de saúde*. São Paulo.
- Arrais, A. R. (2005). *As configurações subjetivas da depressão pós-parto: para além da padronização patologizante*. Tese de Doutorado em Psicologia. Universidade de Brasília, Brasília.
- Azevedo, K. R. & Arrais, A. R. (2006). O mito da mãe exclusiva e seu impacto na depressão pós-parto. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 19(2), 269-276.
- Bacca, C. C. (2005). *Desvelando o manto sagrado da maternidade: a rejeição como possibilidade*. Trabalho de Final de Curso de Graduação em Psicologia. Universidade Católica de Brasília, Brasília.
- Badinter, E. (1985). *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Bem, L. A. & Wagner, A. (2006). Reflexões sobre a construção da parentalidade e o uso de estratégias educativas em famílias de baixo nível socioeconômico. *Psicologia em Estudo*, 11(1).
- Brasil. (2009). *Lei nº 12.010, de 29 de julho de 2009*. Dispõe sobre adoção; altera as Leis nºs 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, 8.560, de 29 de dezembro de 1992; revoga dispositivos da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, e da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; e dá outras providências. Retirada em 20/09/2010 do site http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12010.htm
- Braz, M. P., Dessen, M. A. & Silva, N. L. P. (2005). Relações conjugais e parentais: uma comparação entre famílias de classes sociais baixa e média. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 18(2), 151-161.
- Campos, N. M. V. (2001). *A família nos estudos psicossociais de adoção: uma experiência na vara da infância e da juventude do Distrito Federal*. Dissertação de Mestrado em Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília.
- Carvalho, M. C. B. & Guará, I. M. F. R. (1994). A família: um sujeito pouco refletido no movimento de luta pelos direitos da criança e do adolescente. *Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano*, IV(1).
- Costa, G. L. (2006). *Mães doadoras: o que leva uma mãe a entregar seu filho para adoção?* Trabalho de Final de Curso de Graduação em Psicologia. Universidade Católica de Brasília, Brasília.
- Debray, R. (1988). *Bebês/mães em revolta: tratamentos psicanalíticos con-*

juntos dos desequilíbrios psicossomáticos precoces. Porto Alegre: Artes Médicas.

Depp, C. H. (1982). After reunion: perceptions of adult adoptees, adoptive parents, and birth parents. *Child Welfare*, LXI(2), 115-119.

Dessen, M. A. (1997). Desenvolvimento familiar: transição de um sistema triádico para polidádico. *Temas em Psicologia*, 3, 51-61.

Dessen, M. A. & Braz, M. P. (2000). Rede social de apoio durante transições familiares decorrentes do nascimento de filhos. *Psicologia Teoria e Pesquisa*, 16(3), 221-231.

Ferrari, A. G.; Piccinini, C. A. & Lopes, R. S. (2006). O narcisismo no contexto da maternidade: algumas evidências empíricas. *Psico*, 37(3), 271-278.

Freitas, N. K. (2000). *Luto materno e psicoterapia breve*. São Paulo: Summus.

Freston, Y. (2000). Mãe que abandona o filho: quem é esta mulher? [entrevista concedida a Carlos Lemes Pereira]. *Jornal da Unicamp*, Campinas, 8-9. Retirado em 20/09/2008 do site http://www.unicamp.br/unicamp/unicamp_hoje/ju/hov2000/pagina8e9-Jul56.html

Ghesti-Galvão, I. (2008). *Intervenções psicossociais e jurídicas no percurso da adoção: a mediação entre o afeto e a lei*. Tese de Doutorado em Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília.

Geissinger, S. (1984). Adoptive parents' attitudes toward open birth records. *Family Relations*, 33, 579-585.

Guará, I. M. F. R. (s/d). *Redes e vínculos*. Texto do Programa Abrigar. Mimeo.

Lewis, M. (1999). *Alterando o destino: por que o passado não prediz o futuro*. Tradução Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Moderna.

March, K. (1995). Perception of adoption as social stigma: motivation for search and reunion. *Journal of Marriage and the Family*, 57, 653-660.

March, K. (1997). The dilemma of adoption reunion: establishing open communication between adoptees and their birth mothers. *Family Relations*, 46(2), 99-105.

March, K. & Miall, C. E. (2006). Reinforcing the motherhood ideal: public perceptions of biological mothers who make an adoption plan. *Canadian Review of Sociology/Revue Canadienne de Sociologie*, 43(4), 367-386.

Mariano, F. N. & Rossetti-Ferreira, M. C. (2008). Que perfil da família biológica e adotante, e da criança adotada revelam os processos judiciais? *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 21(1), 11-19.

Martins, G. D. F., Macarini, S. M., Vieira, M. L., Sachetti, V. A. R., Seidl-de-Moura, M. L. & Bussab, V. S. R. (2009). Cuidado parental e apoio social em mães residentes na capital e interior de Santa Catarina. *Interação em Psicologia*, 13(1), 25-35.

Motta, M. A. P. (2001). *Mães abandonadas: a entrega de um filho em adoção*. São Paulo: Cortez.

Oliveira, T. T. S. S. (2006). *Educar é punir? Compreendendo pontos de vista de pais denunciados por violência física contra seus filhos*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, USP, Ribeirão Preto, SP.

Parker, R. (1997). *A mãe dividida: a experiência da ambivalência na maternidade*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos.

Rapoport, A. & Piccinini, C. A. (2006). Apoio social e experiência da maternidade. *Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano*, 16(1), 85-96.

Rocha, M. T. C., Rocha, R. C. M. & Ribeiro, M. T. S. (2009). Elementos sociojurídicos da adoção. *Revista E-Civitas*, 2(2), 1-30.

Silva, G. C. C., Santos, L. M., Teixeira, L. A., Lustosa, M. A., Couto, S. C. R., Vicente, T. A. & Pagotto, V. P. F. (2005). A mulher e sua posição na sociedade – da Antiguidade aos dias atuais. *Revista da SBPH*, 8(2), 65-76.

Spink, M. J. (org.) (2000). *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano*. São Paulo: Cortez.

Szejer, M. & Stewart, R. (1997). *Nove meses na vida da mulher*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Ward, M. (1981). Parental bonding in older-child adoptions. *Child Welfare*, LX(1), 24-34.

As autoras agradecem a Manoela Ziebell de Oliveira pela revisão do abstract deste artigo e às contribuições de Gabriela Dal Forno Martins.

Endereço para correspondência

E-mail: liviacs@gmail.com

Enviado em 08/03/2010

1ª revisão em 22/09/2010

2ª revisão em 15/10/2010

Aceito em 28/10/2010

Revista Pensando Famílias
Vol. 14 - Número 2 - dezembro 2010

Editorial

Helena Centeno Hintz

As Ansiedades Infantis como Comportamentos Interacionais

Ruth del Carmen Casabianca

Práticas Educativas Parentais: Análise de Estudos sobre o Comportamento de Pais e Filhos

Nicelle de Melo Santos Moraes

A Entrega de Filhos em Adoção: Um Estudo de Caso

Lívia Caetano da Silva Leão; Caroline Gonçalves Carneiro da Silva; Solange Aparecida Serrano

Quando as Histórias se Repetem: O Estudo de Dois Genetogramas

Maria Ivone Grilo Martini; Maiton Bernardelli; Vanessa Pagliarini

O Efeito da Coabitação na Satisfação Conjugal

Lina Wainberg; Caroline Rubin Rossato Pereira; Cláudio Simon Hutz; Rita de Cássia Sobreira Lopes

Considerações sobre o Amor e a Sexualidade na Maturidade

Ester Santiago Duarte Carqueijeiro Antunes; Andrea Soutto Mayor; Thiago de Almeida; Maria Luiza Lourenço

Qualidade de Vida, Percepção da Dinâmica Familiar e do Suporte Social em Idosos

Hugo Silva; Dóris Firmino Rabelo; Nelma Caires Queros

A Narrativa Mítica das Amazonas no Contexto Contemporâneo da Empresa Familiar: Um Estudo de Caso

Maria Beatriz Coutinho Lourenço de Lima; Adriane Vieira